

# 1º PROCESSO SELETIVO

Pós-Graduação

Projeto Assistência Legal na Execução Penal



DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA

## Caderno de Provas

### Direito

ESTE CERTAME É COMPOSTO DE **PROVA OBJETIVA**:

CONTENDO 30 (TRINTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 4 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C e D, HAVENDO APENAS UMA CORRETA;

VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL. RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

#### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme orientação do fiscal de sala.

Não haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

#### Por motivo de segurança:

O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova; Somente faltando 2 (duas) horas para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;

Ao término da prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão Resposta.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas, poderá implicar a anulação da sua prova.

DURAÇÃO DA PROVA

4 HORAS

**CONSTITUCIONAL**

**1. A respeito do tratamento constitucional sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, avalie as afirmações a seguir:**

I. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em até 24h ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

II. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

III. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

IV. Constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e III
- b) II e IV
- c) I e IV
- d) II e III

**2. Considerando do princípio da igualdade e a efetivação de sua dimensão material:**

a) o STF julgou constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício

ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

b) há previsão constitucional expressa da reserva de percentual de cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e para pessoas pretas ou pardas.

c) o STF julgou constitucional lei estadual que prevê a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas do estado.

d) é cabível o manejo de mandado de segurança para efetivar a defesa do direito de candidato em concurso público a continuar concorrendo às vagas reservadas às pessoas pretas ou pardas, quando a comissão examinadora de heteroidentificação não confirma a sua autodeclaração.

**3. Sobre os remédios constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:**

a) são gratuitas as ações de habeas corpus e de mandado de segurança.

b) qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.

c) o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

d) o mandado de injunção tem como objetivo a defesa de interesses difusos, pertencentes à sociedade, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao

patrimônio histórico e cultural.

**4. A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a assertiva correta:**

- a) É inadmissível a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em face de lei ou ato normativo anterior à Constituição.
- b) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) possui parâmetro mais restrito do que o da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).
- c) Pelo seu caráter subsidiário, caso seja manejada Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) quando cabível Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), não será possível o conhecimento da ADPF como ADC.
- d) A Defensoria Pública possui legitimidade para propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) desde que o ato do poder público objeto da ação envolva a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.

**5. Sobre a evolução do regime jurídico-constitucional da Defensoria Pública, é correto afirmar:**

- a) Em seu texto originário a CF previu a incumbência de atuação da Defensoria Pública apenas no âmbito judicial. A EC nº.

45/2004 inovou o ordenamento jurídico e tratou da atuação defensorial também no âmbito extrajudicial.

- b) São previstos como princípios institucionais da Defensoria Pública: a unidade, a indivisibilidade e a autonomia funcional.
- c) A autonomia funcional garante a liberdade da Defensoria Pública para exercer suas funções em conformidade com a CF/1988. Trata-se de proteção contra ingerências externas na condução da atividade-fim pela instituição.
- d) A equiparação ao regime jurídico dos Magistrados e membros do Ministério Público permite a ampliação do foro por prerrogativa de função para os Defensores Públicos.

**6. À luz dos julgados do Supremo Tribunal Federal acerca da Defensoria Pública, assinale a assertiva correta:**

- a) O Supremo Tribunal Federal autorizou a criação de Defensorias Públicas municipais como forma de ampliar o direito ao acesso à jurisdição.
- b) É constitucional norma estadual que confere à Defensoria Pública o poder de requisição para instaurar inquérito policial.
- c) O defensor público-geral tem legitimidade exclusiva para, em nome da Defensoria Pública, impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.
- d) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em

demanda ajuizada contra qualquer ente público.

### DIREITO PENAL

**7. Pedro, primário e de bons antecedentes, foi denunciado pelo crime de descaminho pelo transporte de mercadorias procedentes do Paraguai e desacompanhadas de documentação comprobatória da sua importação regular, no valor de R\$3.500,00, conforme atestam o Auto de infração e o Termo de Apreensão e Guarda Fiscal, bem como o Laudo de Exame Merceológico. Em defesa de Pedro, segundo o entendimento dos Tribunais Superiores, é possível a aplicação do seguinte princípio:**

- a) proporcionalidade
- b) culpabilidade
- c) adequação social
- d) insignificância

**8. Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, assinale a afirmativa correta:**

- a) O princípio da insignificância diz respeito aos comportamentos que são aceitos por toda a sociedade e revogam os tipos penais
- b) Joana furou a orelha de sua filha recém-nascida. Essa conduta não configura crime de lesão corporal por conta do princípio da adequação social.
- c) O princípio da legalidade não se aplica às medidas de segurança, que não possuem natureza de pena, tanto que

somente quanto a elas se refere o art. 1 do Código Penal.

- d) O princípio do direito penal das massas afirma que o Legislador deve incriminar as condutas que a sociedade reputa insignificantes.

**9. José pretendia matar Ronaldo, camisa 10 e melhor jogador de futebol do time Boleiros, seu adversário no campeonato do bairro. No dia de um jogo do time do Boleiros, José vê, de costas, um jogador com a camisa 10 do time rival. Acreditando ser Ronaldo, efetua vários disparos de arma de fogo, mas, na verdade, quem vestia a camisa 10 era Neymar, adolescente que substituiria Ronaldo naquele jogo. Em razão dos disparos, Neymar faleceu.**

**Considerando a situação narrada, assinale a opção que indica o crime cometido por José:**

- a) Homicídio consumado, considerando-se as características de Ronaldo, pois houve erro na execução.
- b) Lesão corporal de Neymar.
- c) Homicídio consumado, considerando-se as características de Ronaldo, pois houve erro sobre a pessoa.
- d) Tentativa de homicídio de Ronaldo e homicídio culposo de Neymar.

**10. Relativamente à participação, a doutrina majoritária brasileira adotou a teoria da:**

- a) Hiperaccessoriada
- b) acessoriada máxima
- c) acessoriada limitada

d) acessoriedade mínima

**11. Mário foi denunciado pela prática de crime contra a Administração Pública, sendo imputada a ele a responsabilidade pelo desvio de R\$500.000,00 dos cofres públicos. Após a instrução e confirmação dos fatos, foi proferida sentença condenatória aplicando a pena privativa de liberdade de 3 anos de reclusão, que transitou em julgado. Na decisão, nada consta sobre a perda do cargo público por Mário.**

**Diante disso, ele procura um defensor público para esclarecimentos em relação aos efeitos de sua condenação. Considerando as informações narradas, o defensor público deverá esclarecer que**

a) a perda do cargo, nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração, é efeito automático da condenação, sendo irrelevante sua não previsão em sentença, desde que a pena aplicada seja superior a 04 anos.

b) a perda do cargo, nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração, é efeito automático da condenação, desde que a pena aplicada seja superior a 01 ano.

c) a perda do cargo não é efeito automático da condenação, devendo ser declarada em sentença, mas não poderia ser aplicada a Mário diante da pena aplicada ser inferior a 04 anos.

d) a perda do cargo não é efeito automático da condenação, devendo ser declarada em sentença, mas poderia ter

sido aplicada, no caso de Mário, mesmo sendo a pena inferior a 04 anos.

**12. Asdrubal queria matar seus vizinhos. Certo dia, aproveitando a situação em que o marido e a esposa estão juntos, conversando na rua, e joga um artefato explosivo nas vítimas, sendo a explosão deste material bélico a causa eficiente da morte do casal. Apesar de todos os fatos e a autoria restarem provados em inquérito encaminhado ao Ministério Público com relatório final de indiciamento de Asdrubal, o Promotor de Justiça se mantém inerte em razão de excesso de serviço, não apresentando denúncia no prazo legal.**

**Depois de vários meses com omissão do Promotor de Justiça, o filho do casal falecido procura a Defensoria Pública para adoção das medidas cabíveis.**

**No momento da apresentação de queixa em ação penal privada subsidiária da pública, o Defensor Público competente para o caso, sob o ponto de vista técnico, de acordo com o Código Penal, deverá imputar a Asdrubal a prática de dois crimes de homicídio em**

a) concurso material, requerendo a soma das penas impostas para cada um dos delitos.

b) concurso formal, requerendo a exasperação da pena mais grave em razão do concurso de crimes.

c) continuidade delitiva, requerendo a exasperação da pena mais grave em razão do concurso de crimes.

d) concurso formal, requerendo a soma

das penas impostas para cada um dos delitos.

### PROCESSO PENAL

**13. Ao analisar um processo como estagiário de pós-graduação, percebeu que “Mévio” é réu em uma ação penal. Ele é acusado de ter praticado o crime de furto simples, nos moldes delineados pelo art. 155, “caput”, do Decreto-Lei 2848/40. Após a instrução processual, sem outras diligências, verificou durante o acabou probatório que o crime teria sido praticado mediante grave ameaça e violência. Diante disso, o Ministério Público em suas alegações finais pediu a condenação por roubo, conforme o art. 157 do Código Penal. Ainda dentro da sua análise, você vislumbrou que a sentença exarada pelo juízo foi a de condenar. Já a Defensoria Pública teria pleiteado pela absolvição por insuficiência probatória, inexistindo elementos contundentes e capazes de levar uma condenação seja pela autoria seja pela participação. A pena aplicada foi de 4 anos, mínimo legal, com pena a ser aplicada no regime inicial aberto, posto que o assistido era primário e sem qualquer antecedente. O Ministério Público tomou ciência da decisão e não recorreu. Já a Defensoria Pública atuando perante o primeiro grau apresentou recurso insistindo apenas pela absolvição por falta de provas. Diante desse caso, você deve orientar ao Defensor Público que atua no segundo grau do Tribunal de Justiça para fazer o seguinte pleito no sentido de:**

a) Pedir a reformar a sentença condenatória para condenar B pelo crime

de furto simples, visto que não houve aditamento da denúncia pelo MP para acusá-la da prática do crime de roubo simples, artigo 157, caput, do Código Penal.

b) Absolver B, visto que não pode anular, *ex officio*, a sentença sem que tenha havido recurso da acusação para tanto, pois isso prejudicaria B em conformidade com a súmula nº 160 do STF.

c) Pedir para que a sentença seja anulada de ofício e o Tribunal de Justiça irá, por sua vez, determinar que o juízo de primeiro grau observe a regra do artigo 384 do Código de Processo Penal.

d) Suscitar um incidente processual como questão de ordem a fim de determinar a abertura de vista à PGJ para que seja feito o aditamento da denúncia, com base na súmula nº 453 do STF.

**14. Você está atuando juntamente com o Defensor Público que oficia perante um Juízo que realiza as audiências de custódia, avaliando a validade dos flagrantes e análise da prisão preventiva. Ocorre que naquele expediente “Tício” restou custodiado por ter supostamente praticado o crime de tráfico de drogas. A audiência estava prestas a acontecer e você se deparou com o parecer do Ministério Público opinando pela liberdade provisória sem fiança. O Defensor Público teria reiterado o pleito do órgão acusador, mas o juízo decretou a prisão preventiva com fundamento na quantidade e variedade de substâncias proscritas por lei. Considerou em sua fundamentação a existência de exame preliminar válido, existência de balança de precisão e, por último, considerou a existência de o flagranteado estar em liberdade**

provisória por outro feito por igual crime.

Diante desse enunciando assinale a questão incorreta dentro de uma perspectiva de atuação da Defensoria Pública e não estritamente jurisprudencial ou doutrinária.

- a) O juízo não pode realizar decretar a prisão preventiva, mesmo que os fundamentos por ela utilizados são idôneos para justificar a medida extrema do sistema de medidas cautelares pessoais, que é a prisão preventiva.
- b) O juízo não pode converter o flagrante em prisão cautelar de prisão, por estar vinculado à manifestação do MP.
- c) Por não ter coadunado com o Ministério Público, deveria remeter a questão ao Procurador-Geral de Justiça, nos termos do disposto no art. 28 do Código de Processo Penal, conforme decisões reiteradas do STF.
- d) O Juízo não deveria ter convertido a prisão em flagrante em prisão preventiva, por não ter havido manifestação do Ministério Público, por ser órgão incumbido de promover ação penal e, neste sentido, nos termos do disposto no art. 311 do Código de Processo Penal.

**15. Ao analisar um processo criminal, você verificou que “Caio” estava sendo acusado pelos crimes de estelionato, corrupção do menor e receptação. Verificou que o Oficial de Justiça exarou na sua certidão que “Caio” alegou inexistência de recursos financeiros, pediu para que fosse nomeada a Defensoria Pública. Diante disso, o Juízo remeteu os autos o Núcleo. O Defensor Público apresentou resposta à acusação e arrolou as mesmas testemunhas da acusação. Ao analisar o sistema da Defensoria Pública verificou**

que não houve atendimento e ele não indicou qualquer prova testemunhal. Além disso, percebeu que durante a produção probatória, as testemunhas arroladas foram ouvidas. Só que o Acusado quando de sua oitiva apresentou a tese de negativa de autoria e indicou uma testemunha que poderia atestar sua inocência. Nesse momento, a Defensoria Pública suscita ao Juízo Criminal a suspensão do ato instrutório, pedindo para que seja realizada audiência em continuação em nova data para que fosse ouvida essa testemunha. Contudo, o presidente do ato, indefere a questão levantada com base em parecer do *parquet*.

**Diante desse cenário processual analise os itens a seguir e assinale aquele que seja correta conforme a diretriz do atual Código de Processo Penal**

- a) O Juízo de Cognição decidiu escorreitamente, posto que, se encerrada a instrução, não é mais permitida processual outra oitiva de testemunhas novas indicadas pelo acusado, ainda que referidas por outras testemunhas.
- b) A decisão é inquestionável, sem qualquer nulidade processual ante da preclusão processual em relação à oitiva de testemunhas, já que ultrapassados o momento de arrolar no oferecimento da denúncia e a na apresentação da resposta à acusação, não sendo permitido legalmente às partes indicar novas testemunhas durante o processo, sob o risco de este nunca chegar ao seu fim.
- c) A decisão processual possui uma nulidade absoluta, dado que o Juízo não poderia se coadunar com o parecer ministerial, já que este em sua atuação age em nome de interesses contrários ao do acusado.
- d) A decisão não é escorreta, tendo base o que está disposto no Código de

Processo Penal que estabelece a possibilidade de o réu apontar novas provas em seu interrogatório quando de sua negativa sobre a acusação que lhe é imputada.

**16. "(...) não decorre uma proibição absoluta de utilização de perícias realizadas em partes do corpo humano que são natural ou socialmente destacáveis sem prejuízo à dignidade humana, com o sangue, a urina, os cabelos, mesmo que não haja expressa autorização do investigado e desde que não tenha havido coerção. A conclusão pela possibilidade de tal utilização, dentro de certos parâmetros bem definidos, não representa uma novidade no âmbito do direito comparado, a depender da razoabilidade da medida e de respeito a um devido processo legal. Detalhando um pouco mais: a utilização das partes do corpo humano, cujo destaque ou descarte se fazem de maneira socialmente aceitável ou natural, apreendidas para fins de prova, não podem ser proibidas de modo absoluto, quando não violarem as demais entidades humanas: a psíquica, a moral, a espiritual ou a asmática, enfim, a dignidade humana. Não há um direito absoluto para negar a utilização do corpo humano como prova, a não ser quando isso se faça de modo coercitivo e violador da dignidade humana" (Luis Gustavo Grandinetti em seu livro "Processo Penal e Constituição"). Com base no enunciado acima e tendo em vista o direito de não produzir prova contra si mesmo, assinale o item correto a seguir.**

a) O direito a não se autoincriminar diz respeito ao mérito da pretensão punitiva, não à identificação do investigado/acusado.

b) A ausência da menção do direito ao silêncio acarreta uma nulidade que não depende das circunstâncias do caso concreto e da comprovação do prejuízo.

c) Optando o réu por ficar em silêncio, o juiz pode prosseguir com o interrogatório para fazer constar em ata as perguntas, conforme determina o atual Código de Processo Penal.

d) O princípio constitucional da autodefesa alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, atípica a conduta praticada pelo agente.

**17. O Conselho Nacional de Justiça exarou a Resolução nº 484 que, em seu art. 11, § único, assim estabelece "A autoridade judicial, no desempenho de suas atribuições, atentará para a precariedade do caráter probatório do reconhecimento de pessoas, que será avaliado em conjunto com os demais elementos do acervo probatório, tendo em vista a falibilidade da memória humana.". Diante das questões que envolvem o reconhecimento de pessoas e coisas assinale a seguir a alternativa correta.**

a) A garantia constitucional de não produzir provas contra si mesmo, ou privilégio contra autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), não pode ser interpretada no sentido de se vedar a produção de qualquer tipo de prova sem a concordância do acusado, pois Entendimento contrário implicaria o reconhecimento da impossibilidade de se realizar, sem o consentimento do réu, a revista pessoal, o reconhecimento de pessoas, a interceptação telefônica, por exemplo.

b) Se realizado em conformidade com o modelo legal (art. 226 do CPP), o



reconhecimento pessoal é válido, com força probante absoluta, levando à certeza da autoria delitiva, em razão de sua fragilidade epistêmica.

c) O reconhecimento de pessoas, presencial ou por fotografia, deve observar o procedimento previsto no art. 226 do CPP e, caso haja o reconhecimento de sua nulidade, deverá ser refeito e confirmado o ato, podendo, portanto, ser repetida.

d) O reconhecimento fotográfico não precisa observar as formalidades do art. 226 do Código de Processo Penal, conforme entendimento jurisprudencial dominante.

**18. Certo dia, aportou no Núcleo da Defensoria Pública via sistema PJe os autos de um processo de patrocínio da Defensoria Pública. Tratava-se de uma tentativa de homicídio praticado por “Virgulino, o perigoso”. Ele estava sendo acusado por ter praticado uma tentativa de homicídio por causa de entrevero anterior, usando emboscada. Era acusado nos termos do artigo 121, §2º, inciso IV, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal. Devidamente citado e acompanhado pela Defesa Pública, transcorreu toda a primeira fase do procedimento bifásico do rito do tribunal do júri. Virgulino, o perigoso, por ser réu confesso, restou pronunciado nos exatos termos da denúncia. A acusação e a defesa resolveram levar o caso imediatamente ao Conselho de Sentença, renunciando ao prazo recursal da decisão interlocutória mista de pronúncia. Os autos foram então encaminhados ao Juízo Presidente do Tribunal do Júri que determinou vistas ao membro do Ministério Público, conforme estabelecido no artigo 422 do Código de Processo Penal. Nesse momento, após**

**manifestação ministerial, houve a comunicação formal ao Juízo sobre o óbito da vítima, “João do Feijão”, “o cabuloso”, que estava em coma desde a data dos acontecimentos.**

**Diante desse caso hipotético, assinale a alternativa correta que corresponda ao ato processual que deve ser praticado pelo Juízo-Presidente do Tribunal do Júri.**

a) Determinar uma nova remessa dos autos ao Ministério Público.

b) Determinar o encaminhamento dos autos para a Defensoria Pública, em respeito ao que disciplina o artigo 422, e dar seguimento ao feito, designando nova data para o julgamento pelo Tribunal do Júri.

c) Retornar a marcha para o procedimento de primeira fase, para que possa permitir o contraditório e a ampla defesa e avaliar se o crime de homicídio qualificado teria ocorrido na forma tentada ou consumada.

d) Determinar a alteração do dispositivo decisão de pronúncia para que o acusado seja submetido ao Tribunal do Júri pelo crime descrito no artigo 121, §2º, inciso II, do Código Penal na forma consumada.

## EXECUÇÃO PENAL

**19. Em 10/05/2021, José foi condenado à pena de 03 (três) meses de detenção, bem como 300 (trezentos) dias-multa, em regime inicialmente semiaberto, pelo crime tipificado no artigo 268, do Código Penal. Os fatos ocorreram em 10/12/2020. A pena privativa de liberdade não foi substituída por restritiva de direitos, devido à reincidência. O processo transitou em julgado para o**

**Ministério Público em 10/06/2021. Após desprovimento de recurso exclusivo da defesa e retorno dos autos do Tribunal de Justiça, foi implantada nova execução em 15/02/2024, uma vez que a anterior foi arquivada pelo cumprimento integral em fevereiro/2021. Não houve prisão cautelar, José tem 35 (trinta e cinco) anos de idade e não apresenta patologias. A partir desses dados, assinale a alternativa correta a esse caso:**

- a) Ainda antes do início do cumprimento da pena, é possível requerer a aplicação do Decreto nº 11.846/2023, que concedeu indulto natalino e comutação de penas, com base na pena definitiva, o que englobará a pena de multa.
- b) Não é possível a concessão de indulto, em decorrência do regime inicial semiaberto.
- c) É possível requerer a aplicação do artigo 5º, Decreto nº 11.302/2022 (que concedeu indulto natalino) à pena corpórea e, quanto à reprimenda de multa, pleitear a aplicação do Decreto nº 11.846/2023, com posterior extinção da punibilidade.
- d) Não é possível a concessão de indulto, tendo em vista a prática de novo crime durante o cumprimento da pena relacionada à condenação anterior.

**20. A respeito do sistema progressivo em nosso ordenamento jurídico, é equivocado afirmar:**

- a) Segundo o entendimento dos tribunais superiores, a reincidência é condição pessoal do(a) apenado(a) e, como total, se estende à totalidade das penas somadas, não se justificando a consideração isolada de cada condenação.
- b) Com a nova redação do artigo 112,

da LEP, para progressão de regime, as pessoas condenadas por crime hediondo deverão cumprir 40% da pena se for primário e, em sendo reincidente genérico ou específico, 60%.

c) A reparação do dano não pode ser exigida como condição para progressão de regime, salvo se a determinação constar na sentença condenatória transitada em julgado.

d) A alteração da Lei de Execução Penal pela Lei nº 13.964/2019, no que tange ao percentual de pena a ser cumprido para progressão de regime, não se aplica aos fatos anteriores à sua vigência, ainda que o(a) apenado(a) ainda esteja em cumprimento da reprimenda.

**21. A respeito dos princípios e direitos fundamentais relativos à execução penal, assinale a alternativa correta:**

a) O princípio da não marginalização entende o(a) apenado(a) como sujeito de direitos, partindo do pressuposto de que o encarceramento gera uma situação de vulnerabilidade. Nesse contexto de presunção da vulnerabilidade do(a) preso(a), surge a possibilidade de atuação da Defensoria Pública diante da omissão de advogado constituído.

b) Aplicando o princípio do “*numerus clausus*”, deve-se criar novas vagas nas unidades prisionais, a fim de que acabar com a superlotação carcerária.

c) No âmbito da execução penal, deve-se respeitar o princípio da intranscendência da pena. Por outro lado, sabendo-se que se faz necessário preservar a segurança das unidades prisionais e como prevenção a atos potencialmente delituosos, permite-se, como protocolo geral, a realização de revistas íntimas com os familiares do(a) preso(a).

d) Segundo o princípio da

complexidade, a execução penal é um ramo do direito com natureza mista: jurisdicional e administrativo. Dessa forma, em respeito à celeridade necessária nessa temática, deve preponderar o plano administrativo.

**22. Sobre deveres, direitos e disciplina previstos na Lei de Execução Penal e as correlatas faltas disciplinares e suas sanções, assinale a alternativa correta:**

- a) Segundo o entendimento dominante, é necessária a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar o cometimento de eventual falta grave durante o cumprimento da pena, não sendo suficiente a oitiva do(a) condenado(a) em audiência de justificação, ainda que com assistência de defesa técnica.
- b) Conforme entendimento jurisprudencial majoritário, em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, deve-se punir a tentativa de falta disciplinar com a sanção correspondente à falta consumada, operada a redução analógica do artigo 14, parágrafo único, do Código Penal.
- c) A condenação à pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível, por crime cometido durante a vigência do livramento condicional enseja o reconhecimento de falta grave com seus consectários legais.
- d) Em caso de conduta faltosa, o diretor do estabelecimento prisional poderá suspender o direito ao trabalho e o envio de correspondência escrita, mas não o direito à representação e petição a qualquer autoridade.

**23. João, com 20 anos de idade, praticou o crime tipificado no artigo 155, caput,**

**do Código Penal e, em 10/08/2020, foi condenado à pena de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, além da multa. A condenação transitou em julgado para acusação em 10/09/2020 e, esgotadas as possibilidades de recurso, também para a defesa em 10/04/2021. Diante da reincidência, a condenação fixou o regime inicial semiaberto, sendo essa situação mantida pelo Tribunal de Justiça. Expedida a guia de execução definitiva, foi implantada nova execução, uma vez que não havia outra em andamento. Assinale a opção correta, considerando a data de hoje:**

- a) Conforme jurisprudência pátria e orientação do CNJ, não ocorreu a prescrição da pretensão executória da guia, devendo ser expedido mandado de prisão para início do cumprimento da pena da guia no regime semiaberto.
- b) Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o prazo prescricional deve começar a ser contado a partir do dia do trânsito em julgado da sentença condenatória para ambas as partes, razão pela qual a guia se encontra prescrita, remanescendo apenas a multa.
- c) A condenação se encontra inteiramente prescrita, devendo ser declarada extinta a sua punibilidade e arquivada a presente execução.
- d) A prescrição da pretensão executória relacionada à pena corpórea não atinge a reprimenda de multa, mas é possível requerer a concessão de indulto/2023 à essa, ainda que não iniciado o cumprimento da reprimenda.

**24. Assinale a alternativa incorreta:**

a) Segundo a Resolução nº 14/1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil), o preso estará autorizado a se comunicar periodicamente, sem vigilância, com sua família, parentes, amigos ou instituições idôneas, por correspondência ou por meio de visitas.

b) A inclusão de preso(a) em estabelecimento penal federal de segurança máxima para quem a medida se justifique no interesse da segurança pública ou da própria pessoa deve respeitar a Lei nº 11.671/2008, sendo essa medida excepcional e por prazo determinado.

c) Conforme previsão das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso da ONU, antes de aplicar uma sanção disciplinar, as administrações prisionais devem ter em conta se, e como, uma eventual doença mental ou incapacidade de desenvolvimento do recluso contribuiu para a sua conduta e para a prática da infração ou ato que fundamentou a sanção disciplinar.

d) Nos termos da Lei 10.216/2001, as pessoas portadoras de transtorno mental têm direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária, assim como a internação psiquiátrica é medida excepcional, que exige laudo médico circunstanciado.

## DIREITOS HUMANOS

**25. Conforme os ensinamentos de André de Carvalho Ramos, “A teoria das gerações dos direitos humanos foi lançada pelo jurista francês de origem checa, Karel Vasak, que, em Conferência**

**proferida no instituto Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo (França), no ano de 1979, classificou os direitos humanos em três gerações, cada uma com características próprias. Posteriormente, determinados autores defenderam a ampliação da classificação de Vasak para quatro ou até cinco gerações” (RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 3ª edição. São Paulo. Saraiva. 2016). Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:**

a) A primeira geração engloba os chamados direitos de liberdade, que são direitos às prestações negativas, nas quais o Estado deve proteger a esfera de autonomia do indivíduo. São denominados também “direitos de defesa”.

b) A primeira geração de direitos humanos representa a modificação do papel do Estado, exigindo-lhe um vigoroso papel ativo, além do mero fiscal das regras jurídicas.

c) Os direitos de primeira geração são aqueles de titularidade da comunidade, como o direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito à autodeterminação e, em especial, o direito ao meio ambiente equilibrado.

d) Nenhuma das alternativas anteriores.

**26. Com relação à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, é CORRETO afirmar que:**

a) Para os fins da presente Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo

qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

b) Em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais tais como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública como justificção para tortura.

c) Nenhum Estado Parte procederá à expulsão, devolução ou extradição de uma pessoa para outro Estado quando houver razões substanciais para crer que a mesma corre perigo de ali ser submetida a tortura.

d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

**27. Com relação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, é correto afirmar:**

a) Qualquer pessoa pode, diretamente, acionar a Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando tiver indícios suficientes de graves violações de direitos humanos.

b) A Corte compor-se-á de sete juizes, nacionais dos Estados-Membros da Organização, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos.

c) A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência para julgar agentes estatais que cometam graves violações de direitos humanos, quando o Estado é inerte.

d) As decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos não vinculam os Estados, constituindo apenas orientações.

**28. Com relação ao tema “Direitos humanos na Constituição Federal”, é INCORRETO afirmar:**

a) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

c) Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, independentemente da forma com a qual são aprovados, têm status de norma constitucional, segundo

entendimento consolidado do Supremo tribunal Federal.

d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

**29. A Emenda Constitucional 80, de 4 de junho de 2014, promoveu importante mudança no que tange aos Direitos Humanos e a Defensoria Pública. Sobre o tema, é correto afirmar:**

a) A Defensoria Pública tornou-se, com o advento da Emenda Constitucional em referência, órgão da execução penal.

b) A promoção de Direitos Humanos passou a ser, com previsão constitucional, nos termos do artigo 134 da Constituição Federal, uma das incumbências da Defensoria Pública.

c) A defesa dos hipervulneráveis tornou-se uma das incumbências da Defensoria Pública, por disposição expressa na Constituição Federal.

d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

**30. Sobre o sistema global e o sistema interamericano de Direitos Humanos, é CORRETO afirmar:**

a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, por integrarem o sistema global de Direitos Humanos, têm supremacia formal em relação à Convenção Americana dos Direitos Humanos, mas estão iguais do ponto de vista material.

b) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, por ter sido aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, tem status de norma constitucional.

c) Conforme disposição expressa da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.

d) Todas alternativas anteriores estão corretas.

**FIM**